



Centrais propõem volta da política de salário mínimo com aumento real de 2,4%

“Dia histórico”, afirma o presidente da CUT, Sérgio Nobre. Proposta de valorização que prevê período de 30 anos, com crescimento e geração de empregos de qualidade, foi apresentada hoje ao ministro Marinho



“Dia histórico para a classe trabalhadora, um marco da retomada do diálogo e protagonismo pelo qual sempre lutamos e a que temos direito”. Assim o presidente nacional da CUT, Sérgio Nobre, se referiu a essa segunda-feira (3), data em que a CUT e as demais Centrais Sindicais entregaram a proposta de retomada

da Política de Valorização do Salário Mínimo ao ministro do Trabalho, Luiz Marinho.

A apresentação foi feita, em Brasília, no bojo do grupo de trabalho especialmente criado pelo governo Lula para encaminhar essa que é uma das principais reivindicações da CUT e de todo o movimento sindical.



Presidente da CUT Nacional, Sérgio Nobre

Sérgio Nobre, e os presidentes e representantes da Força Sindical, UGT, CTB, CSB, NCST, Publica, Intersindical Central da Classe Trabalhadora, além do diretor técnico nacional do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Fausto Augusto Jr., apresentaram o documento que tem 16 páginas e foi elogiado pelo ministro Luiz Marinho.

O presidente nacional da CUT, Sérgio Nobre, destacou como ponto fundamental para essa proposta a retomada do diálogo com o governo federal, algo que não existiu durante os mandatos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, “causando um prejuízo gigantesco para toda a classe trabalhadora, porque arrouchou o poder de compra dos trabalhadores e trabalhadoras”.

“Resultado da nossa resistência e luta, é uma vitória histórica ouvir do governo Lula, na fala do ministro Marinho, que é há consenso em retomar a política de valorização do salário mínimo, porque ela aponta novamente para aquilo que a classe trabalhadora, as centrais sindicais vêm dizendo, ou seja, que precisamos fazer o país voltar a crescer de maneira vigorosa, com geração de empregos de qualidade e a base para isso vai ser a injeção de recursos no bolso

do próprio trabalhador, para ele consumir, a indústria produzir e os empregos aparecerem”, afirmou Sérgio Nobre.

Ministro do Trabalho

O ministro Luiz Marinho agradeceu às centrais sindicais e elogiou a proposta como um bom ponto de partida, destacando que “há acordo e entendimento do governo de que é preciso retomar a política de valorização do salário mínimo”.



Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho

Marinho afirmou que nas próximas duas semanas ele e o grupo de trabalho do governo vão analisar a proposta apresentada pelas centrais sindicais. “Vou me apropriar da proposta de vocês e após o retorno do presidente Lula e comitiva que viajarão à China, em 11 de abril, (Sérgio Nobre integrará a comitiva) retomaremos e daremos continuidade às conversas”, afirmou o ministro do Trabalho.

Ao que Sérgio Nobre respondeu, à mesa: “Para nós, das centrais sindicais, que representamos a classe trabalhadora, é um dia muito especial que marca a retomada do que nunca deveria ter sido interrompido, o diálogo com a classe trabalhadora de uma pauta tão crucial como o reajuste do salário mínimo.”

Proposta para 30 anos

A proposta das centrais sindicais é para o período de 30 anos. Segundo o diretor técnico nacional do Dieese, Fausto Augusto Jr., a ideia é que se retome a política de valorização anterior, ou seja, a inflação dos últimos 12 meses, mais o PIB dos dois anos anteriores.

“Só que a diferença é que estamos propondo o piso mínimo de aumento real de 2,4%, isso porque 2,4% é a média de crescimento do Brasil desde o início do Plano Real”, explicou Fausto.

Segundo o diretor do Dieese, é importante que, como no o Banco Central, que tem uma meta de inflação, a gente estabeleça uma meta de crescimento do salário mínimo e também uma meta sobre o mínimo que o Brasil deveria crescer do ponto de vista geral, ao longo de 30 anos.

“É uma meta gera que pode e deverá ser revista a cada 10 anos, segundo a proposta das centrais sindicais. E o que prevemos para ao governo Lula nos próximos 3 anos, é que se recupere o que não foi aplicado ao salário mínimo pelo governo Bolsonaro”, disse o diretor do Dieese.



Reunião da CUT e demais centrais com ministro Luiz Marinho

A proposta das centrais sindicais, então, vai acelerar a política do salário mínimo de 30 anos nos próximos três anos, e depois estabelecer uma política de longo prazo.

História

Em 2004, a CUT e demais centrais sindicais, em um movimento unitário, lançaram a campanha pela valorização do salário mínimo. Naquela campanha, foram realizadas três marchas conjuntas em Brasília com o objetivo de pressionar e, ao mesmo tempo, fortalecer a opinião dos poderes Executivo e Legislativo sobre a importância social e econômica da proposta de valorização do salário mínimo.

Também como resultado dessas negociações, foi acordado, em 2007, uma política permanente de valorização do salário mínimo.

Desde 2003 até 2017, segundo o Dieese, o ganho real, ou seja, acima da inflação foi de 77,01%.

A partir de 1º de janeiro de 2017, o salário mínimo era de R\$ 937,00. Este valor representou 6,48% sobre os R\$ 880,00 em vigor durante 2016 e não correspondeu à variação anual do INPC, em 2016, que foi de 6,58%.

Caso o índice tivesse sido aplicado integralmente, o valor teria ficado em R\$ 938,00. Uma vez que o PIB em 2015 não registrou crescimento, seguindo a regra em vigor, não foi aplicado este ganho adicional.

Já em 2018, o reajuste do salário mínimo foi o menor em 24 anos. Subiu apenas 1,81%, ficando em R\$ 954,00. Neste ano, a alta foi de 4,61%, de acordo com a inflação do ano anterior mais a variação do PIB dos dois anos anteriores, e chegou a R\$ 998,00.

Fotos: Leandro Gomes – CUT/DF

Fonte: Vanilda Oliveira / CUT Brasil

Arcabouço fiscal deve abrir exceção orçamentária para pagar piso da enfermagem

Com as novas regras o governo poderá eliminar as exceções existentes na política fiscal, mantendo apenas as excepcionalidades previstas na Constituição, como é o caso do piso salarial da enfermagem

ROVENA ROSA/AGÊNCIA BRASIL



Se for aprovado pelo Congresso Nacional, o arcabouço fiscal abrirá exceção orçamentária que permitirá a implementação do piso salarial da enfermagem.

A avaliação foi feita pela direção do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), segundo reportagem do Congresso em Foco, após os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento, Simone Tebet, anunciarem, nesta quinta-feira (30), o novo marco – ou arcabouço -fiscal que define as regras para as

contas públicas.

O mecanismo proposto pelo governo torna o limite de gastos mais flexível, ao contrário do teto de gastos implementado no governo do ilegítimo Michel Temer (MDB), em 2017, que congelou investimentos, inclusive em áreas essenciais como saúde e educação em 20 anos.

De acordo com Haddad, a proposta do novo marco fiscal permitirá a construção de um orçamento mais flexível e, com isso, o governo poderá eliminar as exceções

existentes na política fiscal, mantendo apenas as exceções previstas na Constituição, como é o caso do piso salarial da enfermagem e também do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

O autor do projeto de lei que deu origem ao piso salarial da enfermagem, Fabiano Contarato (PT-ES), líder do PT no Senado, acredita que “o arcabouço afasta em grande medida as preocupações apontadas pelo STF [Supremo Tribunal Federal] na liminar que suspendeu a aplicação do piso da enfermagem e abre caminho para publicação da medida provisória que permitirá o pagamento do merecido piso a essa importante classe de trabalhadores e trabalhadoras”.

Ele também avalia a decisão de manter o piso da enfermagem e o Fundeb excluídos do teto como “uma demonstração de sensibilidade do governo para atender demandas e urgências dos setores essenciais da saúde e da educação do país”.

Entenda a demora no pagamento do piso da enfermagem

Em 17 de julho do ano passado o Congresso aprovou um projeto de lei de autoria do senador Fabiano Contarato (PT-ES), que instituía o piso nacional da enfermagem.

O texto aprovado se tornou lei (14.434/2022), ao ser sancionado pela presidência da República.

A lei prevê pisos de R\$ 4.750 para enfermeiros por 40 horas de trabalho semanais; de R\$ 3.325 para os técnicos em enfermagem; e de R\$ 2.375 para os auxiliares de enfermagem e parteiras.

Mas em 16 de setembro do mesmo ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) finalizou a votação sobre o piso e decidiu - por sete a

quatro votos - pela não obrigatoriedade do pagamento.

Em votação virtual, os ministros da Corte atenderam ao pedido da liminar feito pela Confederação Nacional de Saúde, Hospitais e Estabelecimentos e Serviços (CNSaúde) para que o piso não fosse pago até que se definissem fontes de recursos financeiros. As entidades de saúde alegam que não têm condições de pagar o piso nacional da enfermagem.

Normas do teto exigem MP para pagar o piso da enfermagem

Pelas normas do teto de gastos, para liberar os recursos para pagamento do piso da enfermagem, o governo tem de editar uma Medida Provisória (MP), regulamentando o Ministério da Saúde como órgão responsável por fazer os repasses aos Estados, municípios e hospitais filantrópicos para custear o piso.

A MP, que já está sendo elaborada pelo governo Lula (PT) prevê repasses também para os hospitais privados em que mais de 60% dos atendimentos forem pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O dinheiro virá de parte dos recursos do fundo do pré-sal e de fundos constitucionais com saldo financeiro positivo. A MP, segundo os parlamentares, não deve trazer formas de custeio para os hospitais e clínicas privadas, segundo o jornal Valor Econômico.

Fonte: Redação CUT | Editado por: Marize

Muniz

Brasil registra mais de 612 mil acidentes de trabalho e mais de 2.500 mortes em 2022

Segundo levantamento do Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, país registrou 25.500 mortes de trabalhadores em dez anos

ROBERTO PARIZOTTI (SAPÃO)



O Brasil registrou, em 2022, 612.900 acidentes de trabalho e 2.538 mortes - alta de 22% em relação ao ano anterior – só entre trabalhadores e trabalhadoras com empregos formais, com carteira assinada e direitos, entre outros, a benefícios previdenciários.

De 2012 a 2022, foram registrados 6,7 milhões de acidentes e 25.500 mortes de trabalhadores. Do total, cerca de 15% foram causados por operação de máquinas e equipamentos.

No mês do Abril Verde - 28 de abril é o Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho -, esses dados, compilados pelo Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, a partir de laboratório (Iniciativa SmartLab de Trabalho Decente) coordenado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e pelo escritório local da Organização Internacional do Trabalho (OIT), servem de subsídio para a reflexão e o debate sobre a gravidade da situação no mercado de trabalho brasileiro, ressalta o procurador-geral do Trabalho, José de Lima Ramos Pereira.

“Essas informações atualizadas e com detalhamento geográfico são fundamentais para as reflexões públicas no contexto do Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho, em 28 de abril, e para todo o mês do Abril Verde”, disse ele.

“O direito a um entorno de trabalho seguro e saudável enseja ambientes de trabalho nos quais se eliminam os riscos ou onde foram tomadas todas as medidas práticas e factíveis para reduzir os riscos a um nível aceitável”, complementa o diretor do Escritório da OIT

para o Brasil, Vinícius Pinheiro. Segundo ele, a prevenção deve fazer parte da cultura das organizações.

INSS recebeu 2,3 milhões de pedidos de afastamento

De acordo com o estudo, cuja base das informações está nas comunicações de acidentes de trabalho (CAT) feitas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), só no ano passado, o órgão recebeu 2,3 milhões pedidos de afastamentos por causa de doenças e acidentes de trabalho. No total, foram mais de 148 mil concessões de benefícios previdenciários para acidentados e 6,5 mil de aposentadoria por invalidez

São trabalhadores que sofreram amputações e lesões graves (com frequência 15 vezes maior que a das demais causas), isso provocou três vezes mais acidentes fatais do que a média geral.

Saúde é setor que registra mais acidentes

A atividade de atendimento hospitalar é o setor com maior número de notificações, mais de 59 mil casos. Técnicos de enfermagem foram os profissionais mais acidentados, com 36 mil casos.

Na sequência, os setores com mais acidentes de trabalho são o comércio varejista de mercadorias em geral (18,5 mil), o transporte rodoviário de carga (13,5 mil), o abate de aves, suínos e pequenos animais (10 mil) e a construção de edifícios (10 mil).

Para complementar as informações, o observatório também divulgou dados de notificação obrigatória de atendimentos do Sistema Único de Saúde (SUS) relacionados a casos de acidentes de trabalho. Foram 392 mil notificações de acidentes envolvendo trabalhadores.

A cidade de São Paulo ficou em primeiro lugar, no ano passado, mais de 51 mil notificações de acidentes. O Rio vem logo em seguida, com mais de 18 mil, e Belo Horizonte, com 11 mil.

Fonte: Redação CUT

Lucro do Banco da Amazônia cresceu 52,1% em 2022 dezembro de 2023

Mesmo com manutenção da sequência recorde de ganhos, banco insiste em demitir funcionários



O Lucro Líquido do Banco da Amazônia (Basa) atingiu o montante de R\$ 1,122 bilhão em 2022, segundo análise feita pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), com base nas demonstrações financeiras do banco. Trata-se do maior resultado da história do Basa, com alta de 52,1% em doze meses. O Dieese observa ainda que “resultados recordes estão ocorrendo desde 2019”. A rentabilidade do banco sobre o Patrimônio Líquido (ROE) ficou em 38,11%, alta de 7,58 pontos percentuais em doze meses.

Com relação aos postos de trabalho, os dados mostram que o Banco da Amazônia encerrou 2022 com 2.867 empregados, 49 a mais do que possuía no final do ano anterior. “O resultado do banco no exercício de 2022 foram relevantes e merecem os reconhecimentos pela atuação do seu quadro de pessoal em todas as instâncias da empresa”, afirmou o coordenador da Comissão de Empregados do Banco da Amazônia (Basa), Sérgio Trindade. Mas, para ele, a análise dos números precisa

ser feita com cuidado. “É bom deixar claro que o desligamento de 154 pessoas do quadro de apoio só não foi efetivado no ano passado devido à nossa atuação sindical. Tivemos que entrar com ação na Justiça para impedir as demissões. Além disso, houve manifestações do banco em querer desligamentos de empregados em outros segmentos da categoria”, completou o coordenador da Comissão de Empregados do Banco da Amazônia (Basa).

PLR

O dirigente sindical lembrou ainda que o resultado do Basa em 2022 levará os empregados a receberem o maior valor de Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR) da história do banco. De acordo com o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) dos empregados, o pagamento da PLR pode ser efetuado até o início de maio. Mas, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) enviou no dia 19 de fevereiro um ofício ao banco solicitando a antecipação do pagamento.

Reestruturação

Assim como acontece em outros bancos, o Basa vem promovendo uma reestruturação em sua rede de atendimento, com a transformação de agências tradicionais em unidades de negócios, que sequer possuem caixas, pois, segundo o banco, não trabalham com numerários, apenas com atendimento de serviços e venda de produtos. “Segundo o banco, as mudanças têm o objetivo de adequar a estrutura à nova realidade social e reduzir custos. Mas, infelizmente não levam em conta as necessidades dos trabalhadores e seus direitos”. criticou dirigente sindical.

Os dados do balanço mostram que, até o final de 2022, a rede de atendimento do Basa estava instalada em nove estados da Amazônia Legal e era composta por nove superintendências, 106 agências tradicionais, 12 unidades de negócios, das quais 10 agências tradicionais que foram reestruturadas.

Veja abaixo a tabela resumo do balanço do Basa elaborado pelo Dieese.

Fonte: CONTRAF

	(R\$ milhões)		
Itens	2022	2021	Variação
Ativos Totais – Banco	34.595,9	25.952,5	33,3%
Carteira de Crédito Ativa (inclusos recursos do FNO)	47.000	39.700	18,6%
- MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO URBANO	249,2	204,9	21,6%
- MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO RURAL	11,4	10,5	8,6%
- Infraestrutura	883,0	2.900	-69,6%
- MPEI	664,4	562,7	18,1%
- Crédito Comercial	3.400	2.900	15,1%
Carteiras Renegociadas e Recuperadas	491,8	167,1	194,3%
Taxas de Inadimplência	1,39%	1,10%	+0,29 p.p.
Patrimônio Líquido – Banco	4.841,4	2.945,0	64,4%
Lucro Líquido Recorrente	1.122,3	737,8	52,1%
Rentabilidade sobre o PL (ROE)	38,11%	30,53%	+7,58 p.p.
Receita das Operações de Crédito	1.522,7	721,2	111,1%
Receita com Títulos e Valores Mobiliários (TVM)	1.678,9	682,0	146,2%
Receita das Aplicações “Del Credere”	1.326,7	988,2	34,2%
Despesas com Captação no Mercado	-728,6	-183,6	296,8%
Despesas com Empréstimos e Repasses	-1.024,3	-528,7	93,7%
Despesas com PDD	-387,5	-181,9	113,0%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	1.061,2	517,6	105,0%
Rec. Prest. Serviços e Renda de Tarifas (RPS)	1.010,0	888,5	13,7%
Despesa de Pessoal + PLR (DP)	708,6	635,6	11,5%
Cobertura RPS / DP	142,53%	139,79%	2,74 p.p.
Resultado antes da Tributação e Participações	1.978,2	1.361,2	45,3%
Despesas com Impostos e Contribuições	-780,3	-573,1	36,2%
Basileia	12,29%	12,12%	0,17 p.p.
Superintendências	9	9	-
Agências Tradicionais	106	119	-13
Agências de Negócios (antigo Posto de Atendimento Avançado)	12	2	+10
Postos de Atendimento Avançado	2	1	+1
Nº de Empregados	2.867	2.818	49

Fonte: Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia (Exercício de 2022).
Elaborado pela Rede Bancários – Dieese.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF